



**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE**

Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT

E-mail: [camaragnt@hotmail.com](mailto:camaragnt@hotmail.com)

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2018**  
**EDITAL COMPLEMENTAR N.10/2018**

**A Câmara Municipal de Gaúcha do Norte/MT e a Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público n.01/2018, no uso de suas atribuições legais,**

**CONSIDERANDO**, a necessidade de retificação do Edital Complementar n. 09/2018 que divulgou as Respostas aos Recursos e o Gabarito Oficial, diante da constatação da Comissão e da Empresa Lider do não julgamento dos recursos apresentados por um candidato, amparados conforme o disposto no Item 18.5, objetivando maior clareza nas informações.

**RESOLVEM**

1º - Retificar parcialmente o **Anexo I “Respostas as Recursos”** e o **Anexo II “Gabarito Oficial”**, passando a vigorar conforme segue:

- a) **ANEXO I – RESPOSTAS AOS RECURSOS**
- b) **ANEXO II - GABARITO OFICIAL**

2º - Este Edital Complementar encontra-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte/MT, e no endereço eletrônico: **[www.camaragauchadonorte.com.br](http://www.camaragauchadonorte.com.br)**, a partir desta data.

**Gaúcha do Norte - MT, 26 de Novembro de 2018.**

**AGENOR DA ROCHA CORREA**  
Presidente da Câmara Municipal

**DEISE CLECIANE FOLLMANN**  
Presidente da Comissão

**VANESSA DE SOUZA WIEBBELLING**  
Membro

**VERA NICE SCHUCK REGELMEIER**  
Membro



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE**

Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT

E-mail: camaragnt@hotmail.com

**ANEXO I**  
**RESPOSTAS AOS RECURSOS**

CANDIDATO	CARGO	PROVA	QUESTÃO	PARECER	EFEITO
Welton Esteves	Advogado	Conhecimentos em Matemática	14	O tema da questão faz parte do conteúdo programático publicado no edital do concurso. Recurso Indeferido.	Questão Anulada por recurso de outro candidato.
Welton Esteves	Advogado	Conhecimentos em Informática	23	O conteúdo da questão se refere ao aplicativo Word, o qual está no conteúdo programático. Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Angela Chiamulera	Advogado	Conhecimentos Específicos	32	A questão em referência tem como alternativa apontada como certa no gabarito oficial a letra “b”. Eis, a questão abaixo transcrita.  “32) Considere a denominada competência tributária e assinale a alternativa que destoa do conceito: a. Por força da competência tributária é possível criar tributos, descrevendo em lei a sua hipótese de incidência. b. A ideia de competência exclusiva corresponde também a de privativa, contudo, admite-se em certos casos, por força de hierarquia constitucional, que o ente maior a exerça em nome do ente menor. Por exemplo, a União em lugar do Estado. c. <b><u>A competência tributária tem um limite rígido imposto pelas normas constitucionais</u></b> , não sendo possível seu alargamento. d. A autonomia financeira do Município é uma decorrência da sua competência constitucional tributária.” (negritamos e sublinhamos).  <b>Razão não assiste à Recorrente</b> , pois a alternativa “c” é específica quanto <b><u>ao limite ser estabelecido justamente pela norma constitucional</u></b> . Portanto, o alargamento não pode ser realizado apenas por norma de outra natureza hierárquica. Recurso Indeferido	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Angela Chiamulera	Advogado	Conhecimentos Específicos	38	Na questão em referência o gabarito apontado como correto foi a letra “d”. Eis a íntegra da questão:  38) Dispõe a Resolução 237/97 do CONAMA: “Art. 1º - Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE**

Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT

E-mail: camaragnt@hotmail.com

				<p>definições:</p> <p>I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.”</p> <p>Sobre licenciamento ambiental em âmbito municipal, assinale a alternativa incorreta:</p> <p>a. O município pode promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p>b. Para promover o licenciamento ambiental o Município <b><u>deve possuir órgão ambiental capacitado</u></b>.</p> <p>c. Os estudos necessários para o processo de licenciamento devem ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.</p> <p>d. O município não pode licenciar atividades dentro dos limites de APAs (Áreas de Preservação Ambiental).</p> <p><b>O Recurso em questão deve ser indeferido.</b> A alternativa “b” não afirma que o que o Município não pode licenciar. Aponta apenas que para exercer tal atividade de licenciamento “<i>deve possuir órgão ambiental capacitado</i>.”</p> <p>O fato da atividade licenciadora ter que ser realizada pelo Estado, supletivamente, como alega a Recorrente, demonstra justamente que o Município não está apto a licenciar.</p> <p>Recurso Indeferido.</p>	
Angela Chiamulera	Advogado	Conhecimentos Específicos	39	<p>O gabarito apontado como correto nesse caso foi a letra “d”. Eis a íntegra da questão:</p> <p>“39) De acordo com a Lei 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, assinale a alternativa que não corresponde às <b><u>condutas vedadas aos agentes públicos durante campanhas eleitorais</u></b>:</p> <p>a. Permitir o uso promocional de bens e serviços de caráter social custeados pelo Poder Público a bem de um partido político.</p> <p>b. Realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito.</p> <p>c. Fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de</p>	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE**

Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT

E-mail: camaragnt@hotmail.com

				<p>seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição e até a posse dos eleitos.</p> <p>d. Usar em benefício de partido bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios para convenção partidária.” (negritamos e sublinhamos).</p> <p>Razão não assiste à Recorrente. Como se vê no trecho negritado e sublinhado do enunciado, o limite temporal está muito bem delimitado – “<b>durante campanhas eleitorais.</b>”</p> <p>Recurso Indeferido.</p>	
Tiago Felipe de Lima	Advogado	Conhecimentos em Português	09	<p>Inicia-se o recurso com um equívoco. Afirma o recorrente que "Verbos Transitivos, sendo estes os verbos que necessitam de complemento/preposição para que a frase na qual o mesmo esta (sic) inserido faça sentido."</p> <p>Confunde o recorrente sentido – semântica –, com sintaxe – transitividade verbal –, objeto da presente questão.</p> <p>Tivesse consultado a internet, poderia achar em qualquer site a explicação para verbos transitivos diretos.</p> <p>Segundo site <a href="https://www.infoescola.com/portugues/verbo-transitivo-direto/">https://www.infoescola.com/portugues/verbo-transitivo-direto/</a>, " <b>O verbo transitivo direto</b> é um verbo significativo que, como o próprio nome sugere, faz a transição da ideia, por ele expressa, para o seu complemento, de forma direta, isto é, <b>sem a intermediação de uma preposição.</b>"</p> <p>Com essa explicação básica, poder-se-ia eliminar a alternativa b).</p> <p>Quanto à questão c), o verbo vem acompanhado de termo preposicionado, que não é um Objeto Direto – impossível. O verbo clicar exige a preposição em e é um verbo intransitivo, acompanhado não de um complemento verbal, e sim de um adjunto adverbial.</p> <p>A letra a) possui um verbo de ligação. E a resposta correta é a letra d), uma vez que o verbo <b>verificar</b> rege, exige, o complemento verbal, objeto direto "a origem da informação".</p> <p>Resta prejudicado o recurso por estar em total desacordo com o que preceitua a Gramática Normativa.</p> <p>Recurso Indeferido.</p>	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Tiago Felipe de Lima	Advogado	Conhecimentos em Informática	21	<p>A memória RAM não executa instruções, a única alternativa que cita somente funções da memória RAM é a alternativa “A”.</p> <p>Recurso Indeferido.</p>	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Tiago Felipe de Lima	Advogado	Conhecimentos Específicos	26	<p>A questão em apreço tem como alternativa apontada como certa no gabarito oficial a letra “c”. Eis, no fragmento do caderno de provas abaixo colacionado a íntegra da questão:</p> <p>“26) A Lei nº 8.666/93, estatuto geral das licitações e contratos, em seu art. 15, inciso II aponta que:</p> <p>“As compras, sempre que possível, deverão ser processadas por meio de sistema de registro de preços”</p>	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE**

Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT

E-mail: camaragnt@hotmail.com

				<p>A União, por meio do Decreto nº 7.892/2013 regulamentou tal sistema para o âmbito da Administração Pública Federal. Tal decreto foi alterado pelos Decretos números 8.250/2014 e 9.488/2018. Na esteira da legislação federal estados, Distrito Federal e municípios também regulamentaram seus sistemas de registro de preços.</p> <p>Com base no enunciado acima, aponte a alternativa incorreta sobre o Sistema de Registro de Preços, considerando o modo como está regulamentado pela legislação atual:</p> <p>a. As regulamentações específicas nos âmbitos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios decorreram e decorrem do fato de que a Lei nº 8.666/93 apenas contém norma de caráter geral.</p> <p>b. A lei é expressa quanto à regulamentação ser por decreto, inclusive no sentido de serem consideradas as peculiaridades regionais.</p> <p>c. A seleção dos interessados deve se dar por meio de licitações amplamente divulgadas, admitidas apenas as modalidades abertas, como a concorrência pública, <b>a tomada de preços</b> e o pregão (presencial e eletrônico).</p> <p>d. Caso a legislação específica não regule de modo diverso, o registro de preços não terá validade superior a um ano. ” (negritamos e sublinhamos).</p> <p><b>Razão não assiste ao recorrente.</b> A questão versa sobre o <b>Sistema de Registro de Preços</b> e a modalidade <b>tomada de preços</b> não é admitida para fins de seleção dos interessados em registrar preços para eventual futura contratação.</p> <p>Recurso Indeferido.</p>	
Marcello Henrique Marques Pereira	Advogado	Conhecimentos em Matemática	14	Conforme resolvido pelo candidato, nenhuma das alternativas apresenta a resposta correta. Recurso Deferido.	Questão Anulada para todas as Provas.
Marcello Henrique Marques Pereira	Advogado	Conhecimentos em Informática	24	<b>A questão faz uma pergunta direta, e a única função que atende os requisitos da questão é a letra “B”. Não importar se a função existe ou não, hora não existindo (caso da Alternativa “A”), evidentemente que está errada.</b> Recurso Deferido.	<b>Muda-se a Alternativa Correta para “B”. Para ambos os cargos.</b>
Tarles Alves da Silva	Advogado	Conhecimentos em Informática	22	O enunciado da questão está claro o suficiente para que o Candidato possa avaliar a finalidade do Windows Defender, o qual preenche uma função do Windows. O fato de o candidato questionar a possibilidade e mais de uma alternativa correta, inclusive narrando as funções do Aplicação já demonstra que a mesma está exposta de forma clara. A alternativa “D. Proteger o PC contra roubo de senhas por Hackers” cita ação direta de roubo de senhas, não cita nenhum artifício para isso como os “Malwares” que são um tipo de vírus, desta forma a única alternativa correta é a “C”.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE**

Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT

E-mail: camaragnt@hotmail.com

Tarles Alves da Silva	Advogado	Conhecimentos Específicos	31	Recurso Indeferido. A doutrina e a jurisprudência nacional são pacíficas em classificar como concessão ou autorização de uso quando a administração pública, no geral, faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público. Dessa forma, considera-se a alternativa “b” correta, assim com apontado pelo gabarito oficial. Portanto, Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Tarles Alves da Silva	Advogado	Conhecimentos Específicos	34	Na presente questão a alternativa apontada como certa pelo gabarito oficial foi a letra “b”. Eis a íntegra da questão: 34) Leia o excerto:  “A harmonia entre os poderes verifica-se primeiramente pelas normas de cortesia no trato recíproco e no respeito às prerrogativas e faculdades a que mutuamente todos têm direito. De outro lado, cabe assinalar que nem a divisão de funções entre os órgãos de poder nem sua independência são absolutas. Há interferências, que visam ao estabelecimento de um sistema de freios e contrapesos, à busca do equilíbrio necessário à realização do bem da coletividade e indispensável para evitar o arbítrio e o desmando de um em detrimento do outro e especialmente dos governados. “ - SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2002. Levando em consideração o que foi dito no excerto, sobre a separação de poderes, nos moldes da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta: a. O Congresso Nacional não pode derrubar os vetos impostos pelo Presidente da República.  a) <b><u>O Senado Federal pode processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.</u></b>  b) As medidas provisórias adotadas pelo Presidente da República não possuem força de lei e, por isso, devem ser submetidas de imediato ao Congresso nacional.  c) O Congresso Nacional não pode suspender os atos normativos do Poder Executivo, mesmo que ultrapassem o poder regulamentar.  A alternativo apontado com correta pelo gabarito foi a afirmativa “b” e não a afirmativa “a”, como alegado pelo Recorrente. Quanto a veracidade da alternativa “b”, eis o que determina a Constituição da república Federativa do Brasil em seu Art. 51, I: <b>“Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:</b> I - <b><u>autorizar</u></b> , por dois terços de seus membros, <b><u>a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;</u></b>	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE**

Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT

E-mail: camaragnt@hotmail.com

				(grifamos)	
				Portanto, Recurso Indeferido.	
Tarles Alves da Silva	Advogado	Conhecimentos Específicos	36	<p>O gabarito apontado como correto para a questão foi a letra “b”. Eis a íntegra da questão:</p> <p>36) Dispõe a Lei 12.016/09: “ Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por <b>habeas corpus</b> ou <b>habeas data</b>, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. “</p> <p>De acordo com a Lei do Mandado de Segurança, julgue as afirmativas em verdadeiro ou falso e assinala a alternativa correta:</p> <p>I – Quando for violado ou ameaçado o direito de várias pessoas, qualquer uma delas poderá impetrar o mandado de segurança.</p> <p>II – A legitimidade para interpor recurso contra decisão proferida em sede de mandado de segurança pertence a autoridade impetrada, não à pessoa jurídica de direito público interessada.</p> <p>III – A sentença, denegando ou concedendo o mandado, pode sofrer apelação.</p> <p>VI - Os processos de mandado de segurança e seus recursos têm prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive sobre habeas corpus.</p> <p>V – O direito de impetrar mandado de segurança expira-se em 180 dias, a contar da ciência do ato impugnado.</p> <p>a. V,F,V,F,V</p> <p><b>b. <u>V,F,V,F,F</u></b></p> <p>c. F,V,F,F,V</p> <p>d. F,V,F,V,F</p> <p>Diferentemente do alegado pelo recorrente, a alternativa apontada como certa pelo gabarito oficial foi a letra “b” e não a letra “c”. Quanto a alegada falsidade da afirmativa I pelo uso da palavra “impetrar” ao invés de “requerer”, como consta no §3º do artigo 1º da lei 12.016/09, está não tem procedência, tendo em vista que no contexto da afirmativa ambas são sinônimas tendo o significado de “pedir”.</p> Portanto, Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.



## ESTADO DE MATO GROSSO

### CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT

E-mail: camaragnt@hotmail.com

#### ANEXO II GABARITO OFICIAL

Cargo: Analista de C. Interno		Cargo: Advogado	
Questão	Resultado	Questão	Resultado
1	D	1	D
2	D	2	D
3	C	3	C
4	A	4	A
5	C	5	C
6	C	6	C
7	A	7	A
8	B	8	B
9	D	9	D
10	B	10	B
11	D	11	D
12	A	12	A
13	C	13	C
14 - Anulada	D	14 - Anulada	D
15	D	15	D
16	D	16	D
17	B	17	B
18	C	18	C
19	A	19	A
20	B	20	B
21	A	21	A
22	C	22	C
23	D	23	D
24	B	24	B
25	A	25	A
26	C	26	C
27	D	27	D
28	A	28	A
29	B	29	B
30	A	30	A
31	B	31	B
32	B	32	B
33	D	33	C
34	A	34	B
35	A	35	A
36	C	36	B
37	D	37	D
38	D	38	D
39	B	39	D
40	B	40	A

  

LEGENDA:	<b>ANULADA VIA RECURSO</b>
	<b>MODIFICADA POR RECURSO DE CANDIDATO</b>



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE**  
*Av. Brasil, Centro Político e Adm., Qda. 110, Lt. 01, Gaúcha do Norte/MT*  
*E-mail: camaragnt@hotmail.com*

**Gaúcha do Norte - MT, 26 de Novembro de 2018.**

**AGENOR DA ROCHA CORREA**  
**Presidente da Câmara Municipal**

**DEISE CLECIANE FOLLMANN**  
**Presidente da Comissão**

**VANESSA DE SOUZA WIEBBELLING**  
**Membro**

**VERA NICE SCHUCK REGELMEIER**  
**Membro**